

Perspectivas para a abordagem da Geografia Agrária no Ensino Médio*

THIAGO SILVA MELO**

Resumo: A abordagem da Geografia Agrária no Ensino Médio é um tema fundamental para a compreensão dos alunos acerca de diversas questões com as quais o Brasil se depara na contemporaneidade, como os conflitos no campo, a concentração fundiária e a miséria da maior parte da população rural. A abordagem dos conteúdos relacionados à essa temática precisa ser feita como parte do processo de conscientização e inalienação necessários à formação dos alunos enquanto cidadãos, sujeitos pensantes e atuantes na sociedade. Dessa forma, o objetivo do presente artigo é fazer considerações sobre as perspectivas do ensino de Geografia Agrária no Ensino Médio. Para tanto, a pesquisa se norteou com base em bibliografia relacionada à temática.

Palavras-chave: Ensino; Geografia Agrária; Ensino Médio.

Prospects for addressing agrarian geography in high school

Abstract: The approach of Agrarian Geography in High School is a key issue for understanding the students about various issues with which Brazil faces in contemporary times, as the conflicts in the countryside, land concentration and misery of most of the rural population. The approach of the contents related to this issue needs to be made as part of the awareness and non-alienation process necessary for the formation of students as citizens, individuals thinking and acting in society. Thus, the purpose of this article is to make considerations about the prospects of Agrarian Geography teaching in high school. Therefore, the research is guided based on literature related to the theme.

Key words: Teaching; Agrarian Geography; High School.

* O presente artigo foi elaborado a partir do aprofundamento teórico-metodológico de parte do trabalho de conclusão de curso intitulado: *Perspectivas para o ensino de Geografia Agrária no Ensino Médio*, apresentado ao programa de Pós-Graduação da Universidade Cândido Mendes, para obtenção do título de Especialista em Ensino de Geografia (MELO, 2015).



** THIAGO SILVA MELO é mestrando em Geografia na Universidade Estadual de Londrina.

Introdução

Na atual fase da expansão capitalista no mundo, o professor de geografia é exigido a se posicionar frente às desigualdades sociais inerentes a esta forma de organização da sociedade e seus desdobramentos nos sistemas de ensino, precisando se colocar numa posição de enfrentamento e fomento de um ensino legitimado no campo social.

Nesse sentido, as discussões propostas neste artigo seguiram a afirmativa de Freire (2005), de que a educação precisa ser útil como uma ferramenta de humanização e libertação, com a finalidade de mudança social.

Segundo Snyders (2005), a educação tem a função de conscientização do sujeito. No caso do ensino de geografia agrária no Ensino Médio, tem como tarefa fundamental, inalienar. Citamos como exemplos temáticas que devem ser trabalhadas por essa disciplina, a partir da contextualização geográfica e histórica, como: o aumento da produtividade agrícola; a reforma agrária; a necessidade de apoio à agricultura camponesa, entre outros assuntos, que se apresentam distorcidos no senso comum.

A partir desses questionamentos e considerações preliminares, a busca por referências bibliográficas foi indispensável no auxílio da tarefa de refletir acerca das perspectivas do ensino de Geografia Agrária no Ensino Médio.

De acordo com Oliveira (1994), existe preocupação com a crise pela qual passa o ensino de Geografia, que tem exercido uma pedagogia da discriminação, da falta de crítica e da indiferença, sinalizando que novos caminhos precisam ser percorridos, no intuito de transformar o ensino de Geografia em libertador e não alienador.

A obra de Camacho (2008), traz reflexões sobre a questão agrária e a discussão da luta da classe camponesa pela terra e contra a territorialização do capital no campo. Uma vez que a população do campo sempre esteve excluída em decorrência de um modelo socioeconômico, que valoriza o agronegócio exportador e o espaço urbano, enquanto símbolos de modernidade, avanço e progresso.

Para Vesentini (2004), as mudanças que têm ocorrido no século XXI, no sistema escolar, trazem novos desafios para o exercício da cidadania, para a inserção no mercado de trabalho e também para a geografia escolar, sinalizando que novas atitudes e potencialidades precisam ser desenvolvidas pelo professor de geografia no processo de ensino-aprendizagem.

Outras obras, como as de Freire (1999), Valverde (2006), Fernandes (2008), são relevantes na compreensão das questões que serão debatidas no decorrer do artigo, formando o arcabouço teórico de sustentação das argumentações e proposições, que serão levantadas com o objetivo de fazer considerações sobre o ensino de Geografia Agrária no Ensino Médio.

Um dos momentos primordiais durante o processo de investigação científica foi a metodologia empregada. Segundo Nossa (2005), esta etapa compreende-se como um processo interligado de procedimentos, convergidos na problemática do acesso, tratamento e emprego dos dados e informações.

Como metodologia, foi feito estudo bibliográfico e apuração de informações, por meio de pesquisa em periódicos, livros e, anais de congressos e simpósios, especializados na temática e levantamento de dados sobre a estrutura fundiária do Brasil nos Censos

Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos anos de 1975, 1985, 1995 e 2006.

A importância do estudo bibliográfico está no auxílio ao delineamento e delimitação do tema da pesquisa, da seleção adequada de bases de dados bibliográficos, no uso apropriado dos conceitos e suas definições e da síntese para a escolha das obras que integram a pesquisa. (PIZZANI et al., 2012)

A Geografia Agrária na sala de aula

As temáticas relacionadas à Geografia Agrária são questões que estão presentes, principalmente, na vivência dos alunos provenientes das áreas rurais, assim como daqueles que mesmo na área urbana, se relacionam com seus colegas de classe que vivenciam essa realidade.

Além disso, a importância da Geografia Agrária no Ensino Médio está na possibilidade de compreensão por parte dos alunos, tanto do campo quanto da cidade, de grandes problemas que o país enfrenta para alcançar o desenvolvimento e se democratizar plenamente.

Problemas estes, que possuem relação direta com a Questão Agrária. Como o processo de favelização das cidades, devido a migração em massa da população do campo, que passa a viver sem acesso mínimo aos serviços do Estado, como saúde, educação, mobilidade e segurança.

A grande desigualdade social e a concentração de renda, também são frutos da estrutura fundiária brasileira e do modelo econômico adotado para a agricultura, baseado no agronegócio e suas monoculturas, voltadas para a exportação com baixa geração de empregos no campo, devido ao alto índice de mecanização das lavouras.

Os agronegociantes têm acesso aos subsídios do Estado, através de financiamentos a juros baixos, renegociações e rolagem de dívidas, ampliação de prazos e carências para pagamento, fazendo com que toda sociedade pague pelas benesses a eles concedidas (FABRINI, 2008).

Esse modelo de agricultura, também impacta, diretamente, na produção de alimentos e, conseqüentemente, nos preços que os mesmos alcançam no mercado, refletindo no custo da alimentação de todos, por isso, “a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p. 13).

Ademais, tanto trabalhadores rurais, quanto da indústria nas grandes cidades, possuem em comum a marginalização, ocasionada pelo capitalismo. Por isso, existe a necessidade de compreensão da essência de ambas as realidades, pois:

[...] cabe à geografia levar a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza (OLIVEIRA, 1994, p.142).

Nesse sentido, a educação formal tem uma importante função, que é tornar possível a compreensão crítica dos alunos em relação à sua própria realidade, elaborando a compreensão da essência dos processos socioespaciais.

O educador crítico precisa conseguir dialogar com o conhecimento científico obtido na academia e os saberes trazidos pelos alunos à sala de aula. Sendo uma de suas funções, fazer com que o aluno reflita acerca de sua própria realidade, instigando a curiosidade do educando, como parte integrante do processo, pois:

Educador que, ensinando geografia, “castra” a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Tal qual quem assume a ideologia fatalista embutida no discurso neoliberal (FREIRE, 1999, p. 63).

É necessário que a curiosidade e inquietação permaneçam, pois, é a partir delas, que a ciência produz o conhecimento, que não é uma verdade absoluta, uma vez que o espaço é dinâmico e o ensino de Geografia Agrária no Ensino Médio precisa acompanhar as mudanças sociais e científicas.

A abordagem dos conteúdos relacionados à geografia agrária precisa superar o caráter, meramente, descritivo e de apresentação de dados, como ainda é feito, de forma recorrente, na didática de muitos professores de geografia:

A Geografia agrária não deve restringir-se a uma simples classificação dos sistemas agrícolas. Deve ir além, e tratar de todos os elementos culturais que repercutem na paisagem agrícola. A Geografia agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, cotidiana e silenciosa. Ela permanece, desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico (VALVERDE, 2006, p. 15).

O ensino de Geografia possui valores e ideologias da classe dominante, para qual a escola foi projetada, ocultando em diversas áreas a realidade, sendo, simplesmente, descritiva e naturalista, separando o ser humano da natureza como se não fossem dialéticos (BARBOSA; ALENCAR, 2002).

Na abordagem da Geografia Agrária no Ensino Médio, os conteúdos ministrados precisam ser revistos, debatidos e planejados, com o objetivo de que o processo de aprendizagem se concretize de maneira eficaz, de forma a auxiliar na compreensão do espaço agrário.

O conteúdo ministrado nessa disciplina, deve ser elaborado tendo a finalidade de romper com o processo de alienação dos sujeitos, produzido pela classe dominante. Sendo assim, a elaboração e reflexão acerca de um planejamento didático direcionado às questões reais presentes na estruturação do espaço agrário brasileiro é fundamental, pois:

[...] é na escola que uma parte do processo de conscientização e/ou não conscientização se desenvolve. Todas as disciplinas têm um papel a desempenhar nesse processo. À geografia cabe papel singular nesta questão (OLIVEIRA, 1994, p.143).

Além de sua função, como parte do processo de conscientização e inalienação, o ensino de Geografia Agrária é importante por se tratar de tema recorrente nas provas do ENEM¹ (Exame Nacional do Ensino Médio), sendo este, mais um argumento que deve ser utilizado para estimular o envolvimento e participação dos alunos (FELTRIN, 2012).

O planejamento das aulas é fundamental e deve considerar o público alvo, suas experiências pessoais e coletivas, para que se construa uma discussão crítica acerca da questão agrária brasileira.

¹ A principal importância do ENEM, está no fato, de pelo menos, 92 instituições públicas e mais de 400 instituições privadas brasileiras utilizarem sua nota para o preenchimento parcial ou total de suas vagas. Por isso, é crescente a participação dos estudantes na prova – em 2002, era 1,8 milhão de inscritos no Enem, enquanto, que em 2012, foram mais de 4 milhões de alunos inscritos (DINIZ, 2013).

É necessário ao professor, conhecer como se deu a ocupação de terras no Brasil, a história da legislação fundiária, destacando a invasão das terras indígenas no começo da colonização portuguesa, a criação das Capitânicas Hereditárias e a concessão das sesmarias. Em seguida, a Lei de Terras, de 1850 (levando em consideração os interesses da classe dominante), o Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1985, os movimentos sociais e a luta pela posse da terra do Brasil.

Com relação aos movimentos sociais no campo, o professor precisa conhecer quais são os agentes nesse processo e buscar desconstruir os preconceitos, esclarecendo o significado dos termos: grileiro/grilagem, posseiro, peões, sem-terra, boias-frias, garimpeiro, seringueiro, invasão/ocupação, Assentamento, Agrovila, terras devolutas, agricultura familiar/camponesa, agricultura comercial, fronteira agrícola e êxodo rural.

É também, de suma importância a leitura de mapas sobre o espaço agrário brasileiro, buscando identificar os lugares com predominância de latifúndios, áreas com maiores ocorrências de conflitos no campo, áreas com Assentamentos e os tipos de criações ou lavouras.

A utilização de metodologias que estimulem o interesse dos alunos, também é fundamental, o professor pode utilizar as chamadas músicas caipiras² em sala de aula, por “referir-se à um determinado modo de vida, um modo de ser, da população tradicional

do campo” (SOUZA; PEREIRA, 2008, p. 85).

A exibição de documentários³, também é bastante didática e amplia os horizontes da compreensão dos alunos sobre a Geografia Agrária, pois, a proposta é apresentar ao aluno uma forma de “ler” a história e entendê-la, compreendendo que a “realidade” não é dicotômica, não é branco e preto, mas que contém tons de cinza” (SALES, 2009, p. 6).

A realização de trabalhos em grupos e a apresentação de seminários, também podem ser utilizados como instrumentos, por proporcionar mais interação entre os alunos, debates e troca de ideias.

A luta pela terra no campo

Um dos primeiros embates, ao se abordar a Geografia Agrária no Ensino Médio, diz respeito ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), esta sigla vem imediatamente à tona, para grande parte dos alunos, quando é feita menção ao campo. No imaginário dos alunos, o MST aparece de maneira descontextualizada, como é abordada pelos meios de comunicação em massa, que estão ao serviço das elites.

Nesse sentido, a pesquisa realizada por Ayoub (2009) sobre a satanização do MST na mídia, constatou que existem padrões de manipulação da grande imprensa⁴, como a ocultação,

² Como sugestão de músicas caipiras que retratam a vida no campo, temos: “Encantos da Natureza” de Tião Carreiro e Luiz de Castro, “Capim Guiné” de Raul Seixas, “Tocando em Frente” de Almir Sater e Renato Teixeira, “Saudade da minha terra” de Goiá e Belmonte.

³ Como indicação de documentários que abordam as questões que envolvem a Geografia Agrária, temos: “Da terra ao sonho de Rose” de Tetê Moraes, “Armas não atiram rosas” de Maria Luísa Mendonça e Thalles Gomes, “O mundo segundo a Monsanto” de Marie-Monique Robin, “O veneno nos campos do Senhor” de Roberto Cabrini.

⁴ São considerados a grande imprensa no Brasil, “Os jornais e revistas de circulação nacional, as redes nacionais de rádio e televisão. De formas

fragmentação, inversão e indução nas notícias veiculadas à população, por estes meios de comunicação.

Por isso, é comum nas primeiras discussões em sala de aula, que os alunos retratem os integrantes do movimento social, como vagabundos e arruaceiros, ao promoverem “invasões” de terras e interdições em rodovias. Quando questionados sobre a fonte de informação que utilizaram para a construção de sua opinião, geralmente, citam telejornais e revistas de grande circulação, que abordam o tema de maneira, totalmente parcial, a partir do interesse das elites.

É importante esclarecer, que os movimentos sociais do campo questionam a estrutura social vigente, protagonizando a luta pela conquista da terra de trabalho, pela manutenção das terras e melhoria na estrutura dos assentamentos e contra a exploração e a sujeição a qual, frequentemente, são submetidos.

No entanto, os integrantes do movimentos sem-terra ao promoverem ocupações, são duramente reprimidos e não raramente, assassinados por jagunços a mando de latifundiários, com aval do sistema judiciário, que em, praticamente, todas as oportunidades absolve os culpados. (URIBE, 2009)

Há ainda, a permanência, em pleno século XXI, de inúmeros casos de trabalho escravo no campo, inclusive com indígenas que sofrem com a violência do capital, que tem na terra, sua concepção mercadológica e desrespeita o direito da posse da terra

diferentes, acabam sendo incluídos os veículos de comunicação com características estaduais ou regionais. Em muitos casos, também entram na lista os veículos com abrangência municipal ou de uma região do estado” (AYOUB, 2009, p. 251).

nos moldes de coletividade vivenciada por esses grupos:

Isto não pode permanecer imutável quando a nação assiste impacientemente a movimentos sociais crescentes que questionam a ordem econômica, social e política vigente. Os “sem-terra” acampam e ocupam terras ociosas. São expulsos e reprimidos. Reagem, lutam, resistem. O acampamento de “sem-terra” já é uma das faces novas da luta pela terra no campo brasileiro. São os peões escravizados nos campos brasileiros de São Paulo à Amazônia. Os posseiros na luta sangrenta pela terra de trabalho são assassinados por jagunços e pistoleiros organizados nos porões da repressão oficial, ou no mínimo aos olhos dela. Os povos indígenas são vítimas da violência do grande capital na sanha pela propriedade da terra e pelas riquezas naturais das “terras sem males” dos “filhos do Sol”. Os que trabalham e produzem no campo não têm tido o direito ao trabalho livre, comunitário ou coletivizado OLIVEIRA (1994, p.136).

O avanço do modo de produção capitalista no campo, não tem contribuído para diminuir a concentração de terras no Brasil, permanecendo um cenário que tem agravado o empobrecimento de milhares de camponeses, que não possuem área suficiente para produzir com autossuficiência. Além, daqueles que permanecem na condição de sem-terra.

A permanência da histórica concentração de terras no Brasil fica evidente, quando observamos os dados dos Censos Agropecuários das últimas décadas:

Tabela 1: Percentual do número de estabelecimentos e área ocupada nas últimas décadas

| Grupo de área total | 1975 | | 1985 | | 1995 | | 2006 | |
|------------------------|------------------|-------|------------------|-------|------------------|-------|------------------|-------|
| | Estabelecimentos | Área | Estabelecimentos | Área | Estabelecimentos | Área | Estabelecimentos | Área |
| Menos de 100 ha | 90,14 | 21,75 | 90,06 | 21,22 | 88,87 | 19,96 | 85,96 | 21,19 |
| 100 a menos de 1000 ha | 8,94 | 35,79 | 8,92 | 35,06 | 9,67 | 34,94 | 8,20 | 33,82 |
| Acima de 1000 ha | 0,83 | 42,86 | 0,87 | 42,73 | 1,02 | 45,10 | 0,92 | 45 |

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE.

Organização: Thiago da Silva Melo.

Em todos os anos, a maior quantidade de estabelecimentos, está no grupo de área total com menos de 100 ha, ou seja, pequenos e médios. No entanto, a área ocupada por eles é bem inferior, se compararmos àquelas acima de 1000 ha. Em contrapartida, se interpretarmos os dados do número de estabelecimentos e área acima de 1000 ha, perceberemos o inverso, um baixo percentual no número de estabelecimentos e um alto índice para área ocupada, o que comprova a concentração fundiária no Brasil.

Os grandes estabelecimentos no Brasil, têm um histórico de grilagem de terras, ocupação de terras devolutas e vastas extensões de terras ociosas, sob o domínio de poucos proprietários, que as utilizam como reserva de valor, nem mesmo o agronegócio as ocupa.

O agronegócio, que tem sido considerado como sinônimo de modernidade no campo, devido ao grande volume de exportações, esconde por trás de suas aparências, a concentração fundiária, a pouca produção de alimentos e o controle de terras improdutivas:

O agronegócio produz apenas uma parte dos alimentos. A outra parte é produzida pela agricultura camponesa ou familiar, ou ainda por pequenos produtores e sitiantes,

como possam ser chamados os produtores não capitalistas. Essa parte, no geral, significa metade; no particular significa mais ou menos da metade. O agronegócio pode produzir mais cana, mas são os camponeses que produzem mais café e leite. O agronegócio pode produzir mais soja, mas são os camponeses que produzem mais feijão, mandioca, cebola e banana. [...] O agronegócio controla hoje no Brasil 300 milhões de hectares, todavia utiliza apenas 120 milhões. Restam 180 milhões de hectares para serem utilizados na reforma agrária voltada para a produção de alimentos (FERNANDES, 2008, p. 1).

É nesse sentido, que surge a força dos movimentos sociais no campo, na luta pela realização da Reforma Agrária, para que o quadro de concentração fundiária persistente, seja revertido.

É por isso, que os movimentos sociais têm importância, ao objetivarem a ruptura da estrutura vigente, pois a Reforma Agrária é a esperança para a melhoria na qualidade de vida de toda a população, por aumentar a produção de alimentos e geração de empregos no campo.

Mas, quando tratada a questão da Reforma Agrária no Brasil, o que

permanece é a ideologia fatalista, apregoada pela elite agrária, que objetiva sua manutenção no poder e procura, por meios midiáticos, denegrir e deturpar a imagem dos movimentos sociais do campo, enquanto os mesmos, tentam elaborar um projeto mais igualitário para o país, através da Reforma Agrária.

Utilizam seus discursos para deslegitimar os movimentos sociais, inclusive com o apoio de chamados intelectuais, como Navarro (2013) e Graziano (2015), que afirmam que a Reforma Agrária no Brasil não é mais necessária, devido ao processo de tecnificação na agricultura e o aumento da produtividade nas lavouras do agronegócio. Com relação a este assunto, Paulo Freire afirma:

No caso da reforma agrária entre nós, a disciplina de que se precisa, segundo os donos do mundo, é a que amacie a custo de qualquer meio, os turbulentos e arruaceiros, “sem terra”. A reforma agrária tampouco vira fatalidade. Sua necessidade é uma invencionice absurda de falsos brasileiros, proclamam os cobiçosos senhores das terras (FREIRE, 1999, p. 63).

Por isso, é papel do professor buscar fomentar debates em sala de aula, para que a compreensão do campo brasileiro, por parte dos alunos, vá além dos discursos difundidos pela mídia, para estimular o censo crítico e contribuir na formação cidadã.

Considerações finais

O ensino de Geografia Agrária no Ensino Médio não pode se deter a análise da distribuição das lavouras no campo, dos indicadores da produção, dos limitantes naturais para expansão dos cultivos. Seu objetivo principal deve ser, tratar dos elementos culturais

do homem do campo, bem como a questão agrária e a luta pela terra.

As abordagens dos conteúdos relacionados à Geografia Agrária precisam ser realizadas, como parte do processo de conscientização e inalienação, para tanto, a utilização de músicas, filmes e exemplos do cotidiano dos alunos, são necessários para a formação dos mesmos enquanto cidadãos, sujeitos pensantes e atuantes na sociedade.

Para tanto, os conteúdos ministrados necessitam ser revistos, discutidos e planejados, para atingir seus objetivos, sendo também responsabilidade do professor, através do aprofundamento de seus conhecimentos nas temáticas, para apresentá-las de maneira ampla aos alunos.

Referências

- AYOUB, A. H. A Satanização do MST na Imprensa: sem História, sem Ética. In: KATUTA, A. M.; ELY, D. F.; PAULINO, E. T.; CUNHA, F. C. A.; ANTONELLO, I. T. (Org.). **Geografia e Mídia Impressa**: Moriá, 2009, p. 241-258.
- BARBOSA, A. M. F.; ALENCAR, M. T. **A Geografia no Ensino Médio**: realidade e perspectivas. Editora da UESPI, Teresina, 2002.
- CAMACHO, R. S. **O ensino da Geografia e a Questão Agrária nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. Dissertação (mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas e Sociais. UFMS, Aquidauana, 2008.
- DINIZ, J. **A importância do ENEM**. In: Site da Fundação Joaquim Nabuco, 2013. Disponível em: <<http://www.joaquimnabuco.edu.br/artigo/exibir/cid/10/nid/532/fid/1>> Acesso em 23/06/2015.
- FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n.1, p. 35-62, 2008.
- FELTRIN, D. F. **O que mais cai nas questões de Geografia do ENEM**. In: Notícias Universia, 2012. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noti>

[cia/20_12/07/16/951047/mais-cai-nas-questes-geografia-do-enem.html](#).> Acesso em 19/06/2015.

FERNANDES, B. M. **Cadê o agronegócio? Cadê os alimentos?** In: Correio da Cidadania, 2008. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=1749>. Acesso em setembro de 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 12.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 42.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRAZIANO, X. **Novo mundo rural.** In: Notícias agrícolas, 2015. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-geral/161918-novo-mundo-rural-por-xico-graziano.html#.Vz4pHuZCgkg>>. Acesso em 19/05/2016.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, T. S. **Perspectivas para o ensino de Geografia Agrária no Ensino Médio.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Geografia) – Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2015.

NAVARRO, Z. **Pá de cal na Reforma Agrária.** In: Jornal Estadão, 2013. Disponível em: <http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral/pa-de-cal-na-reforma-agraria-imp-,107_7135>. Acesso em 19/05/2016.

NOSSA, P. N. M. S. **Abordagem Geográfica da Oferta e Consumo de Cuidados de Saúde.** Tese (Doutorado em Geografia) – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2005.

OLIVEIRA, A. U. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Para onde vai o**

ensino da geografia? 4.^a ed. São Paulo: Pinski, 1994. p. 135-144.

OLIVEIRA, A. U. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. In: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, p. 53-66, 2012.

SALES, E. O documentário na sala de aula: uma verdade absoluta para o aluno? In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH).** Fortaleza, 2009.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes.** São Paulo: Centauro, 2005.

SOUZA, E. A.; PEREIRA, E. M. Músicas caipiras no contexto e no ensino de Geografia Agrária. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, n. 7, a. 5, Maio de 2008.

URIBE, G. **MST: Após Carajás, 227 sem-terra morreram em conflitos.** In: Jornal Estadão, 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral/mst-apos-carajas-227-sem-terra-morreram-em-conflitos,356650>>. Acesso em 18/05/2016.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. In: **Revista Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

VESENTINI, J. W. (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI.** Campinas- SP: Papirus, 2004.

Recebido em 2016-01-26
Publicado em 2016-06-15